



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

X CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSUAL DO TRABALHO.

DISSERTAÇÃO (valor - 3 -)

TEMA:

INVALIDIDADE, NULIDADE E ANULABILIDADE NO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO.

Questões: (valor 0,7)

- 19) Pode ser lícita a transferência de empregado, de uma para outra empresa de um mesmo grupo econômico ou financeiro?
- 29) É doutrinariamente válida a expressão aviso prévio indenizado?
- 39) É possível caracterizar-se a justa causa resolutória do contrato de trabalho sem culpa ou dolo do empregado?
- 49) Determinado empregado sofre ligeiro ferimento em uma das pernas, mas como é diabético há agravação do seu estado, que resulta amputação daquele membro. Em face da legislação atual, esse fato é caracterizado como acidente do trabalho ou a moléstia anterior exclui essa conceituação?
- 59) É exeqüível sentença na hipótese de existência de recurso de revista, de recurso extraordinário ou de ação rescisória?
- 69) Justifica-se a inclusão do recurso adesivo no processo do trabalho? (Súmula 196 do C.TST)
- 79) Existem ações imprescritíveis?
- 89) O que determina os limites objetivos da coisa julgada? A decisão "ultra petita", transita em julgado?
- 99) Em embargos declaratórios é possível a modificação ou reforma da sentença?
- 109) Pode o Juiz Presidente de Junta indeferir, de plano, a inicial, sob o fundamento de má formulação do pedido?

OBSERVAÇÃO: TODAS AS RESPOSTAS DEVERÃO SER OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADAS.

São Paulo, 10 de agosto de 1985